

Fernando Molica

Lula: derrotas e guinada à esquerda

As duas goleadas impostas pelo Congresso e a proximidade das eleições obrigaram o presidente Lula (PT) a, pelo menos no discurso, retomar uma luta de viés político, de disputa da consciência dos cidadãos. No pronunciamento pela passagem do 1º de Maio, ele demonstrou a necessidade de tentar sair do canto do ringue onde ele e quase toda a esquerda foram colocados pela ascensão conservadora.

Como indicam as pesquisas eleitorais, a apertada vitória em 2022 não demonstrou uma retomada da hegemonia de uma lógica progressista. Isso também foi evidenciado pelos resultados das eleições para o Congresso e para governos estaduais.

Não é absurdo dizer que a derrota de Jair Bolsonaro se deu, em grande parte, pelos desvios cometidos pelo então presidente, que, na ânsia de se manter no poder, acumulou erros no combate à pandemia e deixou evidente sua disposição de recorrer a um golpe para não ser defenestrado.

Em 2022, o país retirou Bolsonaro da Presidência, mas reiterou, em grande parte, a preferência por um discurso de direita que, associado a um viés religioso, jogou no mesmo balaio defesa de valores tradicionais, estímulo à violência policial, desprezo por questões ambientais e admiração por um modelo de crescimento individual, e não coletivo. Detectada por sucessivas pesquisas, a resistência a Lula entre jovens e integrantes da baixa classe média — de renda familiar de dois a cinco salários mínimos — mostra o tamanho do problema.

Acuada, boa parte da esquerda — Lula, inclusive — abriu mão de discutir posições mais amplas e tratou de se mostrar confiável ao eleitor conservador. A indicação do advogado-geral da União, Jorge

Messias, para o Supremo Tribunal Federal foi uma espécie de rendição do petista, o reconhecimento de uma incapacidade de dialogar com um país diferente daquele em que construiu sua vida política.

Ficou claro que Lula escolheu Messias por confiar em sua fidelidade, mas também pela vontade de apresentá-lo ao país como um homem religioso e conservador. Isso acabou sendo mais importante do que ressaltar suas qualidades como jurista e defensor de valores democráticos, consagrados pela Constituição. Na prática, o presidente reeditou a história do “terrivelmente evangélico” lançada por seu antecessor.

A plataforma apresentada por Jorge Messias ao Senado, durante sua sabatina, era quase um pedido de desculpas por ter sido indicado por um governo de centro-esquerda. A ênfase na sua condição de ser evangélico foi mais uma rendição do que uma afirmação. A frase “Aqui vos fala um servo de Deus” demonstrou sua incapacidade de entender qual seria seu principal papel, o de zelar pela Constituição de um estado laico.

Como líder político, Lula tem a obrigação de respeitar a vontade majoritária do país, precisa entender mudanças na maneira do cidadão entender o mundo, mas não pode abrir mão de dizer o que pensa e de propor o que considera melhor para a sociedade.

A frente que construiu em 2022 era justificável pela necessidade de fazer o país retomar uma institucionalidade não sujeita às chuvas e trovoadas promovidas por Bolsonaro. Mas um fato conjuntural não pode determinar o fim propostas políticas e nem obstruir um debate fundamental sobre os rumos do Brasil.

Tales Faria

PT apelidou de “Bolsa Empresário” o jabuti do centrão no fim da 6x1

O PT e o governo já detectaram que tipo de Jabuti o centrão está querendo colocar nos galhos da árvore do projeto de derrubada da jornada 6x1 (seis dias semanais de trabalho por apenas um de descanso).

Trata-se de retomar e ampliar o projeto de desoneração da folha de pagamentos cuja extinção gradual o governo já havia aprovado em 2024.

Como se sabe, quando o jabuti aparece nos galhos de uma árvore, ou foi uma enchente que o levou até lá, ou foi mão de gente. No Congresso diz-se que os jabutis costumam aparecer como ideias exóticas em favor de pequenos grupos poderosos que pegam carona em algum projeto de apelo popular.

É o caso agora da jornada 6x1. O centrão viu que — graças ao forte apoio da população — será aprovada a derrubada da jornada 6x1. Então pegou carona nas Propostas de Emenda Constitucionais (PECs) que foram apresentadas pelo PSOL e pelo PT para enfiar no texto seus jabutis e atropelar o projeto de lei que o Palácio do Planalto havia mandado ao Congresso.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que no início não morria de amores pela ideia da derrubada, agora diz que é contra a jornada 6x1 desde criança.

Na tentativa de aparecer como pai da proposta, apressou a aprovação da admissibilidade do projeto, instaurou a Comissão Especial, e designou um relator de sua total confiança, o deputado Leo Prates (Republicanos-BA).

Prates anunciou que pretende aprovar a PEC neste mês de maio. E Hugo Motta anunciou, nesta segunda-

-feira, 4, que a primeira audiência externa da Comissão Especial da PEC 6x1 começará no seu estado.

“O relator Léo Prates, por reconhecer o trabalho que temos dado ao tema, quer começar as audiências públicas externas da Câmara pela Paraíba. Nesta terça, o plano de trabalho da Comissão será apresentado, e nele virá a proposta para que na próxima quinta-feira, dia 7 de maio, tenhamos uma audiência pública para discutir a redução da escala de trabalho na Assembleia Legislativa da Paraíba”, festejou em entrevista à TV Correio de João Pessoa.

No dia 23 de abril, esta coluna disse que o fim da escala poderia trazer como jabuti a volta da desoneração da folha de pagamentos. Trata-se de uma política que permitiu a 17 setores da economia substituir os 20% de contribuição previdenciária patronal ao INSS sobre a folha de salários por uma alíquota menor, de 1% a 4,5% da receita bruta. O governo Lula conseguiu aprovar no Congresso, em 2024, o fim paulatino da desoneração até 2027, ano em que será retomada a cobrança normal sobre a folha.

Mas agora o que o PT informou ao Palácio do Planalto é que o centrão pretende incluir no projeto de fim da escala 6x1 a volta maior da desoneração, não só para os tais 17 setores. O argumento será de que o fim da jornada atinge mais empresas que até empregariam mais trabalhadores.

“O problema é que, se eles aprovarem esse novo subsídio para os empresários na forma de uma PEC, ficaremos sem poder vetar. Teremos uma verdadeira Bolsa Empresário, e o centrão ainda posará de bonzinho, junto com a oposição”, explica um petista envolvido nas articulações para derrubar a 6x1.

Rosana Valle*

A toga que não veio: a resistência e o duro recado do Senado Federal a Lula

Acompanhei a sabatina de Jorge Messias, no Senado Federal, na quarta-feira (29/4), como deputada federal no exercício do segundo mandato, em Brasília-DF, mas, também, com o olhar de quem passou 25 anos no Jornalismo e aprendeu a ler o que não está dito.

Antes mesmo da votação dos senadores pela aceitação ou não da indicação de Messias pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para uma cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF), já havia um sentimento difuso de cartas marcadas, de desfecho ensaiado. Durante a sabatina à qual foi submetido o advogado-geral da União, as perguntas seguiam, assim como as respostas. Mas nada ali parecia ter força para alterar o rumo. Era um rito sendo cumprido, um protocolo avançando, com a naturalidade de quem já conhece o final da história.

A sensação era de jogo decidido. Até que, em certo momento, uma frase da senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) sintetizou o clima: “Não se esqueça dos amigos que fez aqui, quando vestir a toga.” Não foi um alerta. Foi uma antecipação. A fala logo gerou ampla repercussão nas redes sociais e comentários sobre a relação entre senadores e ministros da Alta Corte. Para muitos, o comentário foi visto como uma confissão ou lembrança de apoio político.

Mas a Política nem sempre segue uma linha previsível. Desta vez, ao menos, não seguiu. Por 42 votos contra 34, o Senado Federal rejeitou a indicação de Messias à Alta Corte, impondo, ao meu ver, dura derrota a Lula. O resultado surpreendeu até mesmo o governo petista e, ao que tudo indica, o próprio indicado.

A reação de Messias, no fim, foi reveladora: fala contida, abraço da esposa e esforço visível para se recompor. Era o retrato de quem já se via no cargo, com a caneta na mão, e não esperava precisar lidar com a derrota.

As explicações vieram imediatamente e continuam reverberando. Fala-se em articulação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), interessado em outro nome para o STF, como o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG). Apontasse, também, a pressão da opinião pública diante do tema.

Mas reduzir o resultado a um único fator é simplificar demais. Afinal, havia elementos concretos no tabuleiro. Entre eles, posicionamentos de Messias que geraram desconforto dentro e fora da Câmara Alta.

Um dos mais sensíveis recai na defesa da assistolia fetal em gestações acima de 22 semanas — procedimento médico que interrompe os batimentos do feto por meio de aplicação direta de agentes farmacológicos (como cloreto de potássio) no coração. O tema, como não poderia deixar de ser, toca convicções profundas.

Mas há um ponto que, para mim, é incontornável. Messias não era apenas um nome técnico, mas, sim, o ocupante da Advocacia-Geral da União (AGU), homem de confiança do presidente da República e aliado direto. E isso tem um peso enorme, convenhamos.

Ora, o STF não pode ser percebido como extensão de governos, de mandatos, de partidos. Quando tal linha começa a se embaralhar, a reação institucional deixa de ser surpresa. Somam-se a isso dúvidas sobre independência, sobre liberdade de expressão e quanto à atuação da AGU em relação a críticos dos atuais ocupantes do Palácio do Planalto.

O resultado, por óbvio, foi resistência. E o Senado reagiu. Como bem disse o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), não foi apenas uma derrota para Messias. Foi uma derrota para a gestão de Lula.

Mesmo após semanas de articulação intensa, de infindáveis reuniões e de votos considerados certos, o desfecho foi outro, como vimos. A Casa Revisora disse “não” — uma resposta que rompe, ainda que pontualmente, a sensação de que tudo já chega decidido no Congresso Nacional; de que os ritos existem apenas para formalizar acordos fechados nos bastidores. Desta vez, o resultado foi diferente.

A rejeição a Messias significa menos um aliado de Lula no Supremo, mas, principalmente, é a certeza de que os freios institucionais ainda podem ser melhor calibrados no Brasil.

***Deputada federal pelo PL-SP, em segundo mandato; presidente da Executiva Estadual do PL Mulher de São Paulo; jornalista há mais de 25 anos; e autora dos livros “Rota do Sol 1” e “Rota do Sol 2”**